

ORGANIZADORES

ANA CLÁUDIA CORRÊA ZUIN MATTOS DO AMARAL
LUIZ GUSTAVO CAMPANA MARTINS
ROBERTO WAGNER MARQUESI
VALTER DA COSTA SANTOS

RELAÇÕES OBRIGACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Londrina/PR
2019


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi

Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Me. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Deise Marcelino da Silva • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Erli Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Relações obrigacionais contemporâneas / organizadores Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do Amaral, Luiz Gustavo Campana Martins, Roberto Wagner Marquesi, Valter da Costa Santos. – Londrina, PR: Thoth, 2019.
214 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-94116-84-0

1. Direito das obrigações. 2. Direito contemporâneo. I. Amaral, Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do. II. Martins, Luiz Gustavo Campana. III. Marquesi, Roberto Wagner. IV. Santos, Valter da Costa.

CDD 340

Índices para catálogo sistemático
1. Direito das obrigações : 340

1165000

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO	11

CAPÍTULO 1

Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do Amaral

JUSTIÇA CONTRATUAL: AS TRANSFORMAÇÕES DA TEORIA DO CONTRATO E UMA REFLEXÃO À LUZ DO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS	21
1 A teoria da justiça de John Rawls.....	21
2 A teoria tradicional do contrato e a evolução para a nova teoria contratual.....	25
2.1 Princípio do consensualismo e a socialização do direito	29
2.2 Justiça contratual	31
2.3 Dirigismo econômico	32
2.4 Dirigismo contratual	33
2.4.1 Dirigismo contratual público.....	34
2.4.2 Dirigismo contratual privado.....	37
3 O contrato sob o crivo do pensamento de John Rawls.....	39
Conclusão.....	41
Referências	42

CAPÍTULO 2

Gabriela Guandalini Gatto

INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: PECULIARIDADES ACERCA DA CONSTRUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO	45
Introdução	45
1 Breves apontamentos acerca da incorporação imobiliária	46
2 Da construção por administração ou a preço de custo	47
3 Da inaplicabilidade do código de defesa do consumidor nas construções por administração	51
Considerações finais	56
Referências	56

CAPÍTULO 3

Raíssa Fabris de Souza

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR NO QUE CONCERNE À TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	59
Introdução.....	59
1 Das obrigações do empregador quanto a promoção de um meio ambiente do trabalho hígido	60
2 Dos novos contornos da responsabilidade civil no mundo contemporâneo	64
3 Da responsabilidade civil do empregador no caso de acidente do trabalho.....	69
Conclusão.....	71
Referências	72

CAPÍTULO 4

Juliani Cristina Lima Grochoski

Sandra Regina Minami

A CLÁUSULA PENAL E O CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA75

Introdução.....75

1 Compromisso de compra e venda76

2 Cláusula penal.....78

2.1 Conceito e natureza jurídica da cláusula penal78

2.2 Espécies de cláusula penal80

2.3 Função da cláusula penal.....82

2.4 Limites de fixação da cláusula penal.....83

3 O entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)85

Conclusão.....88

Referências88

CAPÍTULO 5

Alexia Domene Eugenio

CONSOLIDAÇÃO DA BOA-FÉ NA TEORIA OBRIGACIONAL: CLÁUSULA GERAL, PRINCÍPIO E DEVER DE CONDUTA91

Introdução.....91

1 A consolidação da boa-fé no direito: evolução histórica, no direito comparado e no Brasil92

1.1 Origens históricas da boa-fé.....92

1.1.1 Direito romano.....92

1.1.2 Direito canônico.....94

1.1.3 Direito Germânico.....	94
1.2 A boa-fé na modernidade	95
1.3 Breves notas sobre direito comparado e nosso direito pátrio.....	96
2 Enquadramento da boa-fé como princípio, cláusula geral e dever de conduta obrigacional no ordenamento brasileiro	97
2.1 Boa-fé como cláusula geral das obrigações e distinção de um conceito jurídico indeterminado	98
2.2 Boa-fé como princípio.....	99
2.3 Boa-fé como dever de conduta obrigacional	100
Conclusão.....	101
Referências	102

CAPÍTULO 6

Isabel Soares da Conceição

Jadir Rafael da Silva Filho

AS OBRIGAÇÕES COMO PROCESSO SOB O PRISMA DO BIODIREITO E DOS REFERENCIAIS BIOÉTICOS	105
Introdução.....	105
1 Aspectos gerais das obrigações no direito civil brasileiro: aportes em Orlando Gomes e Sílvio de Salvo Venosa.....	106
2 Obrigações como processo segundo Couto e Silva.....	109
2.1 A principiologia na obrigação como processo	111
2.2.1 A presença da boa-fé objetiva na relação obrigacional para Couto e Silva.....	112
2.2.2 A boa-fé objetiva na atualidade.....	113
3 Aplicação dos referenciais bioéticos: uma decorrência das obrigações contratuais do biodireito como processo.....	115

Conclusão.....	118
Referências	119

CAPÍTULO 7

Bianca da Rosa Bittencourt

Françoise Peellaert

AS PECULIARIDADES DO PAGAMENTO E OS EFEITOS DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL	121
Introdução.....	121
1 Pagamento	122
1.1 Conceito.....	122
1.2 Natureza jurídica	123
1.3 Objeto do pagamento.....	124
2 Princípios norteadores	125
2.1 Origem	125
2.2 Boa-fé	126
2.3 Dignidade da pessoa humana e função social.....	127
3 Peculiaridades do pagamento	129
3.1 De quem e a quem se deve pagar	129
3.2 Do objeto do pagamento e sua prova.....	132
3.3 Do lugar do pagamento e o seu tempo	134
4 Teoria do adimplemento substancial	138
4.1 Conceito.....	138
4.2 Aplicação prática	138
Considerações finais	141
Referências	141

CAPÍTULO 8

Flávio Henrique Caetano de Paula

Rodrigo Ichikawa Claro Silva

Valter da Costa Santos

DINAMISMO SOCIAL E MUTABILIDADE CONTRATUAL NEGOCIADA: ESTUDOS SOBRE A CESSÃO DE ELEMENTOS CONTRATUAIS145

Introdução.....146

1 Noções gerais sobre a transmissão das obrigações147

2 Compreensão do instituto sob os planos da validade e eficácia151

Conclusão.....157

Referências158

CAPÍTULO 9

Ezequiel Anderson Junior

Roberto Senise Lisboa

O DEVER DA BOA-FÉ OBJETIVA NA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA: OS CONTRATOS ELETRÔNICOS161

Introdução.....161

1 Contratos, uma evolução histórica.....162

2 O princípio da boa-fé objetiva.....164

3 Contrato eletrônico e a boa-fé objetiva.....166

Conclusão.....169

Referências170

CAPÍTULO 10

Gabriela Amorim Paviani

A IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PERDA DE ARRAS COM CLÁUSULA PENAL DIANTE DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL	173
Introdução.....	173
1 Das arras ou sinal	174
2 Da cláusula penal.....	178
3 Da não cumulação entre cláusula penal compensatória e arras indenizatória	180
Conclusão.....	182
Referências	183

CAPÍTULO 11

Claudio Cesar Carvalho

ASPECTOS JURÍDICOS ACERCA DA OBRIGAÇÃO DE INDICAÇÃO CLARA, PRECISA E OSTENSIVA DOS JUROS BANCÁRIOS NOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS.....	185
Introdução.....	185
1 Os juros, seus micro/macro sistema de interesses e preliminar histórico de posicionamento estatal.....	186
2 A previsão contratual clara, precisa e ostensiva dos juros e os posicionamentos jurisprudenciais	189
3 A clareza, precisão e ostensividade frente ao código de defesa do consumidor	193
Conclusão.....	195
Referências	197

CAPÍTULO 12

Juliani Cristina Lima Grochoski

Sandra Regina Minami

Valter da Costa Santos

A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DO CONCEITO DE DIREITO NEGOCIAL PARA O ENTENDIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA PÓS-MODERNIDADE NA TEORIA DOS CONTRATOS.....	199
Introdução.....	200
1 A busca de um conceito de direito negocial: velhas estruturas e novas funções	200
2 Do caos do modelo contratual e as necessidades contemporâneas do direito negocial no preenchimento dos vácuos normativos.....	207
Conclusão.....	212
Referências	213